

Determinantes sociais e desafios éticos na saúde mental indígena no Brasil: uma análise interdisciplinar

Autor(res)

Valterney Lima Deus
Paulo Ricardo Monteiro Buri Dos Reis
Laíse Souza Santana Costa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Resumo

A saúde mental dos povos indígenas no Brasil reflete um cenário complexo em que desigualdades históricas, exclusão social e racismo estrutural se entrelaçam. Mais do que simplesmente a ausência de sofrimento ou doença, saúde mental refere-se ao bem-estar ou viver bem individual, familiar, social e comunitário, considerando a dimensão territorial, ecológica e espiritual. Este trabalho, baseado em uma revisão integrativa da literatura científica nacional, busca discutir de forma interdisciplinar os fatores que determinam o sofrimento psíquico das populações indígenas, relacionando-os aos desafios éticos e institucionais das políticas públicas. Observou-se que o consumo excessivo de psicofármacos e as elevadas taxas de suicídio entre jovens indígenas são sintomas de um modelo biomédico que ignora saberes tradicionais e impõe práticas uniformes a realidades diversas. Estudos recentes mostram que os problemas de saúde mental não podem ser analisados isoladamente, devendo considerar o contexto sociocultural e político específico de cada povo, os conceitos autóctones, práticas de autocuidado e estratégias comunitárias. Diante disso, torna-se fundamental compreender as condições de vida dessa população e propor medidas que integrem seu cotidiano, suas práticas culturais e seus saberes tradicionais à promoção de uma saúde mental adequada. Tal quadro revela um problema que ultrapassa o campo da saúde, alcançando dimensões jurídicas, administrativas e sociais, uma vez que a ausência de políticas interculturais e de participação comunitária reforça a desigualdade e a violação de direitos humanos. O direito à terra, sua preservação e a autodeterminação política e sanitária são determinantes centrais da saúde para os povos indígenas. Conclui-se que a promoção da saúde mental indígena requer, mais do que assistência clínica, a efetivação de políticas éticas, inclusivas e interculturais que considerem o território, a cultura, a espiritualidade e o protagonismo indígena como pilares fundamentais de gestão pública e cidadania.